

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

REDES SOCIAIS E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: A GESTÃO DA MORADIA COMO
INFLUENCIADOR DOS LAÇOS SOCIAIS

RAQUEL GOMES VALADARES (USP) - valadaresgr@gmail.com

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela USP; Mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFV); Advogada

Tiago Augusto da Cunha (UFV) *Doutorado em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil(2014) Professor Adjunto A da Universidade Federal de Viçosa, Brasil*

REDES SOCIAIS E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: A GESTÃO DA MORADIA COMO INFLUENCIADOR DOS LAÇOS SOCIAIS

1. INTRODUÇÃO

A construção da cidade é ato contínuo e dinâmico, nela há a completude do termo produzir; são produzidos bens, necessidades e prazeres (LEFEBVRE, 2001). Ela se torna o grande laboratório das forças sociais, o lugar geral das transformações. A cidade industrial se tornou um eixo de atração, proporcionando a oportunidade de inserção no processo de divisão social do trabalho e a diversificação de interesses econômicos e sociais. Por esse motivo, Lefebvre (2011) afirma que a cidade é resultado do processo de implosão e explosão. O adensamento e a centralização das atividades implodem o espaço urbano; ao mesmo tempo, a extensão do mesmo não se limita a forma socioespacial anterior, o tecido urbano se estende, uma vez que, mais pessoas estariam habitando uma mesma área.

Esses fatores resultaram no crescimento desordenado das cidades, sem infraestrutura adequada, ampliando o abismo social entre as diferentes categorias de rendimento salarial (MARICATO, 2000). Conjugada a um sistema produtivo exploratório, a rápida urbanização agravou a dificuldade de acesso à terra urbanizada, à propriedade imobiliária e às condições de infraestrutura urbana.

Esse gigantesco movimento de construção urbana trouxe também uma extensa demanda residencial, bem como, a satisfação de necessidades de transporte, trabalho, saúde, água, etc (MARICATO, 2000). A população economicamente carente ocupou os morros e as franjas das cidades, já que nessas áreas a terra era mais barata ou não apresentava valor de mercado (MARICATO, 2000).

Embora tenha sido adotada a concepção lefebviriana sobre a constituição da segregação no espaço urbano, busca-se enriquecer a dimensão da constituição dos laços sociais produzidos e reproduzidos no espaço urbano apresentando as considerações sobre as interações entre os habitantes da cidade, na concepção da Sociologia Urbana da Escola de Chicago. Desse modo, ao falar de Simmel (2005), Park (1967) e Wirth (1967) pretende-se tornar o arcabouço teórico mais diversificado contribuindo para melhor compreensão das relações sociais urbanas, a segregação social e espacial.

Simmel (2005) trata das interações buscando compreender os desafios de viver no espaço urbano, principalmente em grandes cidades. Os problemas da vida urbana, como

solidão, individualidade, atitude *blasé*, variedade da vida econômica, profissional e social, estão diretamente ligados à “oposição profunda com relação à cidade pequena e à vida no campo, com ritmo mais lento e mais habitual, que corre mais uniformemente de sua imagem sensível-espiritual de vida” (SIMMEL, 2005, p. 578).

Para Simmel (2005) a partir da urbanização e formação das metrópoles novos padrões de círculos de sociabilidade foram formados. Segundo o autor, a reserva e a atitude de indiferença ou insensibilidade (*blasé*) gerariam paradigmas sociais que possibilitam a autopreservação na metrópole.

Enquanto o sujeito se ajusta inteiramente por conta própria a essa forma de existência, a sua autoconservação frente à cidade grande exige-lhe um comportamento não menos negativo de natureza social. A atitude espiritual dos habitantes da cidade grande uns com os outros poderia ser denominada, do ponto de vista formal, como reserva. Se o contato exterior constante com incontáveis seres humanos devesse ser respondido com tantas quantas reações interiores — assim como na cidade pequena, na qual se conhece quase toda pessoa que se encontra e se tem uma reação positiva com todos —, então os habitantes da cidade grande estariam completamente atomizados interiormente e cairiam em um estado anímico completamente inimaginável. (SIMMEL, 2005, p.582 e 583).

O distanciamento, entretanto, não é interpretado de forma catastrófica “isso forma, com os motivos unificadores em sentido estrito, o todo indissociável da configuração da vida na cidade grande: o que aparece aqui imediatamente como dissociação é na verdade apenas uma de suas formas elementares de socialização” (SIMMEL, 2005, p. 583). A partir do afastamento surgem as orientações para as interações sociais.

Wirth (1967) utilizou-se dos estudos de Simmel para afirmar que os habitantes urbanos se relacionam com um número maior de pessoas que os habitantes rurais. Porém, esta exposição não significa a construção de relações e círculos sociais.

A multiplicação de pessoas num estado de interação sob condições que tornam impossível seu contato como personalidades completas produz aquela segmentação de relações humanas que tem sido utilizada às vezes por estudiosos da vida mental das cidades como uma explicação do caráter “esquizóide” da personalidade urbana. Isso não quer dizer que os habitantes urbanos têm menor número de conhecidos do que os habitantes rurais, pois o inverso pode ser realmente verdadeiro; quer dizer, na verdade, que, em relação ao número de pessoas que eles veem e com quem se encontram sistematicamente no transcurso da vida diária, eles conhecem uma proporção menor e com esses mantêm relações menos intensivas. (WIRTH, 1967, p.99)

Segundo Wirth (1967) as cidades exercem influência direta sobre a vida social dos seus habitantes, pois nela se concentra a moradia e o local de trabalho, como é também o iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural, e interliga as diversas áreas, os diversos

povos e as diversas atividades num universo. Além dessas transformações sociais, Simmel (2005) relaciona a formação dos círculos sociais com as questões econômicas. As relações sociais e a organização do espaço físico seriam proporcionadas, inclusive, pela similitude econômica.

É cediço que, a cidade é o espaço de convergência, porém o espaço físico é ocupado diferentemente, influenciando, conseqüentemente, na segregação social. Nos estudos mais recentes sobre a pobreza (MARQUES, 2007) indicam que as redes sociais, ou os laços sociais, podem agregar referências que facilitem essa superação.

As redes sociais formadas a partir do núcleo de moradia, identificadas nesta pesquisa, foram analisadas quanto à interação dos moradores chefes do domicílio integrantes da mesma realidade social, diferenciados pela participação ou não em movimentos sociais. Com a hipótese de que seriam encontradas redes mais amplas e mais dinâmicas entre os moradores integrantes de movimentos sociais.

Partindo desse pressuposto, compreender a formação do espaço urbano e segregação em razão da condição econômica influirá na compreensão da formação das redes de suporte social formadas no âmbito da habitação, como resultado de ações coletivas. As políticas públicas de habitação que vigoraram no Brasil não priorizaram o atendimento da população que compunha a maior demanda. Vê-se, ainda, a vigência da política de “empurrar” essa população mais carente para áreas periféricas, sem equipamentos urbanos básicos (água encanada, luz elétrica, ruas calçadas), negando-lhes o direito à cidade.

Ainda que a conjuntura política e econômica tenha mudado, a questão fundiária e os problemas dela decorrente no espaço urbano se agravaram. A implantação de políticas específicas para o tratamento da cidade produziu efeito reverso. O valor da terra tomou proporções inimagináveis; a especulação imobiliária e a segregação espacial tornaram-se cada vez mais nítidas.

A provisão habitacional é, incontestavelmente, direito social que necessita de acuidade no tratamento. Não há acessibilidade de direitos enquanto os mesmos forem tratados como mercadoria:

[...] não se compra o direito à cidade em concessionárias de automóveis e no Feirão da Caixa: o aumento de renda, que possibilita o crescimento do consumo, não “resolve” nem o problema da falta de urbanidade nem a precariedade dos serviços públicos de educação e saúde, muito menos a inexistência total de sistemas integrados eficientes e acessíveis de transporte ou a enorme fragmentação representada pela dualidade da nossa condição urbana (favela versus asfalto, legal versus ilegal, permanente versus provisório) (MARICATO, 2014, p. 8).

As ações coletivas em prol da moradia agregam indivíduos que não possuem meios próprios para obtê-la, pressupondo que atributos da sociabilidade estão diretamente atrelados à situação econômica.

A análise deste estudo partiu do pressuposto descrito por Fontes e Eichner (2004), que em condições socioeconômicas semelhantes as redes pessoais de suporte social são mais presentes entre os vizinhos e os parentes (nesse estudo foi considerado indivíduos com renda familiar baixa). Por isso, tais autores destacaram a centralidade da territorialidade na formação das redes. As relações aqui abordadas envolverão ainda como pressuposto hipotético que a gestão da moradia influirá nas características das redes de suporte social.

2. BREVE ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE MORADIA NO BRASIL

As demandas sociais comuns e as condições análogas de vivência permitem que os indivíduos se agreguem. A urbanização segregatória, ao concentrar territorialmente os marginalizados, cria os meios necessários para mobilizá-los socialmente. Não foi casual, portanto, que diversos movimentos de luta pela moradia tenham surgido, principalmente nos grandes centros urbanos. O engajamento, bem provável, teve implicações nos círculos sociais, descritos por Simmel (2005). As demandas socioeconômicas semelhantes agregam indivíduos no enfrentamento de situações em comum, possibilitando a formação de redes sociais identificadas pela homofilia.

Essa formação social em torno de uma causa leva, também, à compreensão da formação de movimentos sociais. As análises das “redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo” (GOHN, 2011, p.334). Esse aspecto de análise proposto por Gohn (2011) diz respeito à análise de redes nos movimentos sociais, a fim de compreender como as relações tornam-se fontes de inovação e saberes.

Embora as redes sociais possuam uma organização humana informal os efeitos podem ser percebidos fora do seu micro espaço, nas interações com o Estado, sociedade e instituições representativas. Os indivíduos se organizam no espaço político em função das suas mobilizações e socializações (MARTELETO, 2001).

Na análise de Castells (2013) os movimentos surgem da combinação da mobilização emocional e da indignação:

Mas movimentos sociais não nascem apenas da pobreza ou do desespero político. Exigem uma mobilização emocional desencadeada pela indignação que a injustiça gritante provoca, assim como pela esperança de uma possível mudança em função de exemplos de revoltas exitosas em outras partes do mundo, cada qual inspirando a seguinte por meio de imagens e mensagens em rede pela internet. (CASTELLS, 2013, p.154)

A mudança social coletiva seria motivada pelo entusiasmo, a conexão em rede e a superação do medo repressor. Ademais, nas considerações do referido autor, sem movimentos sociais não há transformação. Pois, os mesmos são geradores de mudanças, proporcionando novas dinâmicas organizacionais com expressões individuais e coletivas posicionando frente ao sistema vigente.

No Brasil os movimentos sociais centrados nas questões urbanas surgiram nos anos 1960, com as propostas de Reforma de Base no Governo João Goulart. Entretanto, com o Golpe Militar em 1964, as reivindicações e propostas foram inviabilizadas. Nos anos seguintes, as crises econômicas e sociais tornaram o Regime insustentável, e no vácuo de Estado e Mercado surge a conjuntura propícia para o protagonismo político-social dos movimentos sociais:

Os temas da reforma urbana reapareceriam nos anos 1970 e 1980, numa época de abertura lenta e gradual, em que os movimentos sociais aos poucos ganhavam mais visibilidade e relevância política, e eram capazes de construir um discurso e uma prática social marcados pela autonomia. As suas reivindicações eram apresentadas como direitos, com o objetivo de reverter as desigualdades sociais com base em uma nova ética social, que trazia como dimensão importante a politização da questão urbana, compreendida como elemento fundamental para o processo de democratização da sociedade brasileira. (SAULE JR, 2010, p. 259)

No final da década de 1970 emergiram movimentos de trabalhadores urbanos, inicialmente formados pelos núcleos sindicais. No cenário das lutas sociais, os movimentos pela moradia tornaram-se um dos fatores fundamentais no enfrentamento da questão urbana (CARVALHO, 2010). Dada à inacessibilidade de meios para obtê-la, tornou-se a causa mais popular nas grandes cidades (GOHN, 2010).

A rede de articulações sociopolíticas era composta de intelectuais e trabalhadores, que militavam e militam no tema urbano. Credita-se à adesão aos movimentos a intensa instabilidade econômica enfrentada:

A crise econômica mundial, especificamente reduziu a confiança popular no Estado nacional e em suas instituições políticas tradicionais como defensoras e promotoras dos interesses do povo.[...] Portanto, durante esta crise, em quase nenhuma parte é o “poder do Estado” um desiderato ou instrumento adequado para satisfazer as necessidades populares. Por isso, as pessoas, em todos os lugares – embora de formas distintas – buscam avançar, ou pelo menos proteção ou afirmação ou

liberdade, por meio de múltiplos movimentos sociais não-estatais que, desta forma, buscam reorganizar a vida social e redefinir a vida política (FRANK e FUENTES, 1989, p.29).

Aos poucos os movimentos populares não reivindicavam ao Estado apenas a moradia, mas buscavam a participação em todos os passos necessários à produção (BONDUKI, 1986). A população como sujeito na definição e implantação da política habitacional, pode ser considerada como “a grande conquista desses movimentos, nascidos a partir da base e de necessidades concretas, no bojo do ressurgimento dos movimentos populares no período final da Ditadura” (CARVALHO, 2010, p. 23).

Algumas dessas mobilizações tinham o apoio da Igreja Católica, de profissionais e entidades comprometidas ou de outros movimentos populares (CARVALHO, 2010; GOHN, 2010). Destacam-se, dentre eles, a União Nacional por Moradia Popular – UNMP – e o Fórum Nacional de Reforma Urbana – FNRU. A UNMP iniciou com uma ampla mobilização na cidade de São Paulo, chamando a atenção para a necessidade de implementação de um projeto de habitação (GOHN, 2010; LAGO, 2012)

Esses movimentos se associaram ao movimento da reforma urbana, propondo a elaboração da Emenda Popular da Reforma Urbana no processo constituinte, intervindo através de mobilizações e pressões populares (CARVALHO, 2010). O Movimento Nacional de Luta por Moradia – MNLM, a União Nacional por Moradia Popular – UNMP, a Confederação Nacional de Associações de Moradores – CONAM, e a Central dos Movimentos Populares – CMP tornaram-se referências de movimentos populares nacionais ligados à questão da moradia.

As expectativas de transformação do espaço urbano a partir do diálogo do Poder Público com a população, consolidados no texto da constituição, instituíram nova perspectiva na política urbana.

Em meados dos anos 1990, os movimentos sociais populares de luta pela moradia perderam a visibilidade. Para Gohn (2011b) isso foi causado pela diminuição das formas de protesto nas ruas, e, conseqüentemente, diminuíram a visibilidade na mídia. Kowarick e Marques (2011) atribuem esse enfraquecimento, e até mesmo a desmobilização, à exigibilidade de institucionalização dos movimentos e a normalização de formas de ação coletiva, altamente visíveis na transição democrática.

A institucionalização debilita os movimentos sociais e o poder político do Estado os nega. Os movimentos sociais requerem uma organização flexível, adaptativa e não-autoritária que dirija o poder social na busca de metas sociais, as quais não podem ser alcançadas só por meio da espontaneidade fortuita. Mas esta organização flexível

não tem de necessariamente implicar a institucionalização, que limita e restringe o poder social destes movimentos. (FRANK e FUENTES, 1989, p.27).

Até mesmo no debate acadêmico, onde os movimentos sociais ocuparam posição privilegiada nas análises sociológicas, verificou-se “misterioso sumiço” no período citado (KOWARICK e MARQUES, 2011, p.253).

Nos primeiros anos do século XXI, outros movimentos de luta urbana reassumiram o protagonismo político-social no Brasil (SCHERER-WARREN, 2006). Além disso, foi criado a CMS, Coordenação dos Movimentos Sociais. Agregando diversos movimentos sociais na questão da moradia (GOHN, 2010). Buscando a autonomia política como mecanismo de empoderamento frente a injustiça e opressão, objetivando a recuperação de direitos.

A autonomia é aqui compreendida, de forma muito preliminar, como a capacidade de determinado ator de estabelecer relações com outros atores (aliados, apoiadores e antagonistas) a partir de uma liberdade ou independência moral que lhe permita codificar as formas, as regras e os objetivos da interação, a partir dos seus interesses e valores. Por essa chave, a autonomia não pressupõe ausência de relação, mas a disposição e a capacidade de participar com o outro sem perder certa “distância crítica” que permite colocar a própria relação como objeto de reflexão (KOWARICK e MARQUES, 2011, p. 236).

Além da autonomia política, os movimentos populares pela moradia reivindicam a autogestão. À medida que a autonomia está atrelada a independência política e moral dos movimentos sociais, a autogestão corresponde à possibilidade privativa da administração dos recursos destinados à causa.

Os primeiros municípios que experimentaram a autogestão na habitação de interesse social foram São Paulo, Diadema e Santo André, no Estado de São Paulo; e Ipatinga, no Estado de Minas Gerais (LAGO, 2012). Essas experiências foram financiadas pelos governos municipais ou estaduais, desenvolvidas através de mutirões.

A participação dos movimentos sociais através das associações e cooperativas na política habitacional ainda é resultado de lutas e pressões. Programas habitacionais como Programa de Arrendamento Residencial – PAR – permitiram a participação das cooperativas, no entanto, não abrangia a autogestão. Outros programas como: Programa Crédito Solidário - PCS, e o Programa Minha Casa Minha Vida –MCMV – também ocuparam os debates entre movimentos sociais e Poder Público (LAGO, 2012). Embora não representem um percentual tão expressivo na política habitacional, os movimentos sociais continuam apresentando propostas para ampliar a participação e autogestão nos programas habitacionais.

3. MATERIAL E MÉTODOS

O programa habitacional Minha Casa Minha Vida – MCMV – é um instrumento de política pública de moradia que faz parte do Plano Nacional de Habitação - PlanHab. O programa, criado em 2009, tem a finalidade de produção e aquisição de unidades habitacionais (BRASIL, 2009). O programa tem seu atendimento organizado por faixas de renda e é creditado a ele o enfrentamento das questões de moradia urbana.

A categoria faixa 1, que atende a maior demanda habitacional, a habitação de interesse social, possui outras subclassificações a partir da gestão, da localização do empreendimento, do número de habitantes do município e da finalidade do recurso. São cinco subclassificações: Entidade; FAR; Oferta Pública; FAR-urbanização; e Rural. O MCMV-Entidade é a modalidade destinada às famílias organizadas sob a forma coletiva em área urbana, representadas por cooperativas, associações e entidades da sociedade civil; MCMV-Fundo de Arrendamento Residencial - FAR é uma parceria com o Poder Público (Estados e Municípios) e instituição financeira. Esta análise se atém a estas duas modalidades, dadas às similitudes.

A definição da amostra desta análise decorreu a partir dos dados da Secretaria Nacional de Habitação- SNH, vinculada ao Ministério das Cidades. Para a participação no Minha Casa Minha Vida-Entidades (MCMV-E) as associações ou cooperativas, inicialmente, precisavam ser habilitadas pelo Ministério das Cidades, que analisava as propostas encaminhadas. O MCMV-E tinha como objetivo atender às necessidades de habitação da população de baixa renda nas áreas urbanas, financiado com os recursos do Orçamento Geral da União - OGU, depositados ao FDS – Fundo de Desenvolvimento Social.

Foram 882 entidades habilitadas entre 2010 e 2012, de acordo com as Portarias nº 105/2010, nº191/2011 e nº 291/2012 do Ministério das Cidades (BRASIL, 2010; 2011; 2012). O período selecionado abrange a primeira fase e o início da segunda fase do programa habitacional. Buscou-se com a especificidade deste período, unidades ocupadas, por pelo menos dois anos, contados até a coleta de dados. Desta forma, as unidades precisariam ter sido construídas e entregues até 2014. A Instituição Financiadora tem como prática contratual considerar como tempo hábil para a construção entre dezoito a vinte e quatro meses. Considerando o tempo de construção e ocupação das unidades, o lapso temporal 2009 a 2012 contemplou as nuances da pesquisa.

A habilitação da entidade era pré-requisito para apresentação da proposta habitacional junto à instituição financeira; não representava a garantia de aprovação e contratação da proposta pretendida. A quantidade de unidades entregues do MCMV-E compreendeu um

número menor do que as propostas contratadas. Em todo o país, no período de 2009 a 2014, 165 (cento e sessenta e cinco) propostas foram contratadas, no entanto, apenas 70 (setenta) entidades conseguiram efetuar a entrega das unidades habitacionais.

Os motivos da discrepância do número de unidades contratadas e o número de unidades entregues não foram expostos pelo Ministério das Cidades, tampouco pela Instituição Financiadora.

A Fundação João Pinheiro apresenta quatro categorias de renda para a identificação do déficit: até três salários; mais de três a cinco salários; mais de cinco a dez salários; e mais de dez salários. Essa classificação indicou que, até 2009, 90,1% do déficit habitacional urbano concentrava-se na categoria até três salários mínimos. Esse índice, na Região Sudeste, representou 86,4% da composição do déficit habitacional. O Estado de São Paulo representa a maior demanda habitacional para a faixa de renda até três salários mínimos. Dado os valores absolutos da deficiência habitacional paulista, especialmente da Região Metropolitana de São Paulo, parece caso relevante a investigação de empreendimentos habitacionais situados no Estado de São Paulo.

Ademais, além do crescimento populacional incontrolável e explosivo, do dinamismo econômico e da maior concentração metropolitana do país, a Região Metropolitana de São Paulo é marcadamente caracterizada por volumosos fluxos migratórios de pobreza (KOWARICK e MARQUES, 2011).

De acordo com os dados do Ministério das Cidades, nas fases 1 e 2 do MCMV, no Estado de São Paulo, os seguintes municípios contrataram e concluíram as unidades do MCMV-E, entre 2009 e 2014: Campinas; Guarulhos; Itaquaquecetuba; São João da Boa Vista; e Taboão da Serra.

Para esta análise, buscou-se selecionar o município que também tivesse sido contemplado com o MCMV-FAR, a fim de que fosse realizado o comparativo entre as duas modalidades. Desse modo, em São Paulo, somente Campinas, Guarulhos, São João da Boa Vista e Taboão da Serra receberam, nas fases 1 e 2, unidades nas duas modalidades.

Dentre os municípios que apresentaram as duas modalidades contratadas, Taboão da Serra apresentou situação atípica. O número de unidades da modalidade MCMV-E é superior ao MCMV-FAR, o que se configurou como interessante estudo de caso.

Taboão da Serra está situada no Estado de São Paulo e integra a Região Metropolitana da capital. O Município era subdistrito de Itapequerica da Serra antes de ser emancipado em 1959 (IBGE, 2010); está situado a oeste da cidade de São Paulo, próximo às regiões de valorização imobiliária, como Morumbi, Vila Suzana, Vila Andrade e Itaim-Bibi.

A Região Metropolitana de São Paulo constitui área de maior volume populacional do país, e ainda se estabelece como região de maior dinamismo migratório. O tamanho da população, conseqüentemente, influi nas demandas sociais, tais como moradia, segurança, saúde, educação, entre outros. O modelo metropolitano tende a priorizar as áreas centrais (o município polo) em detrimento das áreas periféricas. Desse modo, a ocupação irregular e informal, e toda a demanda social pertinente, se acentua nos municípios limítrofes. Como afirma Ribeiro:

Como a riqueza continua concentrada nos municípios polos, pode-se concluir que uma das principais características da dinâmica socioterritorial das regiões metropolitanas brasileiras é a existência de forte pressão pela ocupação das áreas centrais como condição de acesso à renda para vastos segmentos de trabalhadores subempregados (RIBEIRO, 2006, p.223)

A proximidade com a capital do Estado fez com que Taboão da Serra absorvesse as demandas sociais do entorno (Figura 1). As ocupações irregulares e o crescimento das favelas em Taboão da Serra são perceptíveis, apresentando os piores indicadores de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Região Metropolitana (KOWARICK e MARQUES, 2011).

Figura 1. Região Metropolitana de São Paulo-SP (Taboão da Serra em destaque)



Fonte: Elaboração própria a partir de base cartográfica do IBGE (2017)

O Plano Diretor do Município instituiu como objetivo a regulação do parcelamento, uso e ocupação do solo, a fim de estruturar a cidade. A lei municipal, aprovada em 26 de dezembro de 2006, estabelecia como meta regularizar as edificações irregulares existentes no prazo de 180 dias, a partir da publicação da lei (TABOÃO DA SERRA, 2006). Contudo, a meta não logrou êxito no prazo estipulado, e através das Leis Complementares nº 164/2008 e nº 290/2012, novos prazos foram estabelecidos. Novamente, os prazos não foram cumpridos diante da quantidade de edificações irregulares. Sendo assim, o Município, em parceria com o

Governo Estadual, estabeleceu uma ação continuada com o Programa Cidade Legal, para a regularização fundiária.

Taboão da Serra não possui população rural. Sua estrutura econômica está lastreada majoritariamente na indústria e comércio. Possui população estimada de 260mil habitantes (IBGE, 2010) e 20 km², com densidade demográfica de aproximadamente 13mil habitantes/km², o que resulta na intensa verticalização da área.

A entidade responsável pelo MCMV-E em Taboão da Serra é a Associação de Moradores Esperança de um Novo Milênio – AMENM. A associação é composta pelos integrantes de dois movimentos sociais de habitação, o Movimento de Trabalhadores Sem Teto – MTST – e o Movimento dos Sem Teto de Taboão da Serra – MST-Taboão. Para que os movimentos sociais tenham acesso ao programa MCMV é necessário que o mesmo esteja institucionalizado por meio de uma associação ou cooperativa.

O programa MCMV possui cinco produtos para atendimento do faixa 1: entidades; FAR; FAR-urbanização; oferta pública; e rural. Dentre eles, o MCMV-Entidades e MCMV-FAR são as duas modalidades que mais se assemelham quanto à renda, localização e valores do imóvel. Por isso, para grupo de controle da análise realizado no MCMV-E, tem-se outra modalidade do programa habitacional que atende ao mesmo perfil socioeconômico, o MCMV-FAR.

Em Taboão da Serra, para a faixa 1 foram oferecidas apenas essas duas modalidades e como nos demais municípios brasileiros, o MCMV-FAR foi inicialmente gerido pelo Poder Público municipal. Coube ao município selecionar quais seriam os moradores das unidades construídas.

Os dados provêm de *survey* interseccional, colhidos em janeiro de 2017, considerando como principais critérios para seleção dos indivíduos: residir nas unidades habitacionais indicadas; ser o responsável pelo imóvel, mesmo que momentaneamente; e disponibilidade durante o período da coleta de dados. Ponderando a unidade habitacional, buscou-se coletar as informações do responsável pelo domicílio de cada unidade, o contratante legal do imóvel. A coleta dos dados foi possibilitada pela colaboração e informação dos membros da Associação de Moradores Esperança de um Novo Milênio, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente de Taboão da Serra, dos Síndicos e dos funcionários dos Condomínios.

Os participantes desta pesquisa foram voluntários e informados sobre os objetivos da análise em curso. A coleta de dados foi realizada preservando a confidencialidade das informações, com finalidade exclusiva de produção acadêmica. Para esse estudo foi utilizado

um questionário para a caracterização da situação sócio demográfica, profissional, levantamento do apoio social e relação com a vizinhança.

O instrumento de análise da rede social utilizado foi uma versão adaptada de outras análises de redes (BARRERA, 1980; CUNHA, 2014b). Parte significativa destes estudos se vale de geradores de nomes. A definição utilizada para essa ferramenta está baseada no que ensina Lazenga:

São denominados geradores de nomes, as questões sociométricas que permitem reconstruir uma rede social. Questões simples são sempre suficientes para gerar informações necessárias á reconstituição de uma rede completa. Uma lista de nomes com um critério bem definido reduz o número de “esquecimentos” por parte de uma pessoa entrevistada. (LAZENGA, 2014, p.26).

O questionário aplicado contempla as seguintes variáveis: número de elementos da rede, o vínculo (tipo de relação), residência (atual ou antiga vizinhança), o tipo de apoio (material, imaterial e emocional) e a reciprocidade do apoio. Tendo em vista que as relações pesquisadas estão baseadas nas redes de suporte social egocentrada, aspectos da rede como centralidade e densidade não foram analisadas, vez que essas dimensões necessitam da intersecção de outras redes.

As variáveis foram escolhidas a fim de compreender a dinâmica dos vínculos existentes nesses empreendimentos habitacionais. Buscou-se compreender as redes de suporte social dos moradores a partir de necessidades imediatas e cotidianas.

Como gerador de nomes, para a formação da rede, as questões mencionavam sobre atividades, trocas solidárias e apoio mútuo. O apoio material versava a quem o entrevistado recorria quando precisasse de algo tangível (alimento, medicamento, etc). Para o apoio imaterial o entrevistado era interpelado acerca de auxílio nas atividades domésticas (cuidado dos filhos, se fosse o caso, e em situações de enfermidade). E o aspecto emocional versava sobre conselhos e informações. A respeito do vínculo foram estabelecidos quatro grupos: família, amigo, trabalho/ estudo e vizinho.

Na caracterização da rede também foi questionada a frequência de contato, se diariamente, algumas vezes por semana, semanalmente, algumas vezes por mês ou algumas vezes por ano. A cada entrevistado era questionado a proximidade com a vizinhança. E por fim, se o entrevistado já havia se envolvido em conflitos no atual local de domicílio; a existência de relações conflituosas ou difíceis também foi considerada.

Os empreendimentos estudados foram construídos em Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS. O processo de implantação das ZEIS iniciou-se em 2005. Por meio de lei complementar em 2009 e em seguida incluído no Plano Diretor do município foram

classificadas as ZEIS em duas categorias. As ZEIS 1 são áreas públicas ou privadas, ocupadas predominantemente por população de baixa renda, de interesse público na promoção da regularização urbanística e fundiária. As ZEIS 2 – áreas não edificadas ou subutilizadas com potencial de ocupação por Habitação de Interesse Social, para famílias de baixa renda que não possuam moradia, adequadas à urbanização (TABOÃO DA SERRA, 2012). Os empreendimentos estão localizados bem próximos, separados apenas pelo Córrego Ponte Alta.

4. OBJETIVOS DESTA ANÁLISE

O objetivo desta pesquisa foi identificar e analisar de forma comparativa as redes sociais, os desdobramentos de modos cooperados e participativos de provimento habitacional, no MCMV-Entidades nas formas de suporte social. Buscou-se caracterizar o processo de formação de redes sociais no MCMV - Entidades e no MCMV – FAR, modalidades do programa habitacional que diferem quanto à gestão; e entender as redes sociais na construção de formas de apoio social. A ajuda mútua, a assistência e a colaboração proporcionada pelos laços sociais possibilitará compreender as especificidades das redes em torno da moradia popular urbana.

Desse modo, como hipótese inicial, pressupunha que as redes de suporte social em grupos formados a partir de movimentos sociais seriam amplas, integradas e, com isso, permitiriam melhor possibilidade de superação das necessidades do dia-a-dia aos que estão inseridos nesse contexto e variabilidade social entre os atores e o ego. Para compreender esse pressuposto, buscou-se a análise de redes sociais como ferramenta capaz de mensurar o tamanho e a composição, verificando a capacidade de sociabilidade de acordo com o local de inserção.

Ressalte-se que o desenho das redes de suporte social formadas representa um recorte empírico, ou seja, situa-se em um espaço definido. O espaço, neste caso, são os condomínios residenciais pertencentes do programa habitacional MCMV, e período definido, janeiro de 2017. A rede, no entanto, continua a ser transformada, a fazer novos contatos, fortalecer elos ou enfraquecer laços. Haja vista que seus integrantes estão, também, em contato com outras redes e espaços sociais, as redes analisadas são apenas um recorte, um fragmento que tem um alto grau de mutabilidade.

5.RESULTADOS

A rede pessoal de suporte social investigada está lastreada na proposta de “identificação das relações de um indivíduo com as pessoas citadas por ele” (CHARLOT, 1994, p. 2 apud MARTELETO, 2001, p. 75). As redes possuem o caráter transitório (GRANOVETTER, 1973), variando de tamanho e de atores. Os indivíduos entrevistados citaram os nomes que compõe a sua rede de suporte social imediata no questionário aplicado. Como gerador de nomes, para a formação da rede, as questões mencionavam sobre atividades, trocas solidárias e apoio mútuo. O apoio material versava a quem o entrevistado recorria quando precisasse de algo tangível (alimento, medicamento, etc). Para o apoio imaterial o entrevistado era interpelado acerca de auxílio nas atividades domésticas (cuidado dos filhos, se fosse o caso, e em situações de enfermidade). E o aspecto emocional versava sobre conselhos e informações.

A respeito do vínculo foram estabelecidos quatro grupos: família, estudo/ trabalho, antiga vizinhança e atual vizinhança. A família, rede primária (GUADALUPE, 2009) apresenta os laços fortes (GRANOVETTER, 1973), como paradigma inicial do comportamento social. O convívio social oriundo das relações de estudo e trabalho, consideradas como redes secundárias (GUADALUPE, 2009) resultam das escolhas profissionais, são influenciadas diretamente pela situação econômica do indivíduo e são caracterizadas pela formalidade da convivência (ABREU, 2003; MARQUES, 2007), As relações de vizinhança também são consideradas como rede primária (GUADALUPE, 2009) envolvem laços afetivos. Tendo em vista a percepção da ancoragem dos laços sociais a partir da mudança do domicílio seccionou-se: antigo e atual vizinhança. Identificando a rede de suporte social distinta com *locus* diversificado.

E por fim, se o entrevistado já havia se envolvido em conflitos no local de domicílio. Cabe lembrar que, na rede em questão, os indivíduos citavam a quem poderia recorrer em situações emergenciais, embora certamente eles conheçam muitas outras pessoas.

A finalidade é compreender a relação entre a estrutura territorial e a estrutural relacional. Observa-se, especificamente, se há a influência do modo de gestão (gestão pelo poder público x autogestão dos recursos) do espaço de moradia, que por sua vez é segregado economicamente, sobre a constituição das redes sociais entre os indivíduos dele pertencentes. A pertinência do estudo está inserida na desigualdade socioeconômica, nos aspectos da moradia, e nas formas de organização e gestão das unidades habitacionais. Por isso, vale novamente a menção que foram analisados condomínios na modalidade MCMV-Entidades, cujo modelo é autogestor, e MCMV-FAR, geridos inicialmente pelo Poder Público.

A autogestão implica que desde o projeto, a seleção de moradores até, por fim, o acompanhamento pós-ocupacional as decisões foram tomadas pelos integrantes das entidades gestoras, sejam elas associações ou cooperativas. Já a gestão através do Poder Público incorre que todas as decisões foram definidas por ele mesmo, na figura do gestor municipal; e em sua maioria, sem a consulta da população.

A rede de suporte social proporciona essencialmente a assistência, solidariedade e colaboração mútua (GUADALUPE, 2009). A soma de todos os atores associados ao ego indica o tamanho da rede de suporte social, considerando as relações diádicas. Cabe mencionar que os entrevistados descritos como isolados, afirmaram que não recorrem a ninguém para o suporte social, pois segundo eles todos vivem em situação semelhante e não estariam aptos para auxiliá-los.

O questionário permitiu que os entrevistados citassem nomes de pessoas que compõem a rede de suporte social imediata. Inicialmente foram considerados todos os vínculos citados (família, antiga vizinhança, atual vizinhança, colegas de trabalho e estudo) (Tabela 1).

Tabela 1. Tamanho da rede de suporte social – Todos os vínculos citados

Tamanho da Rede	MCMV-Entidade	MCMV-FAR
1 ator	7%	1%
2 atores	7%	2%
3 atores	12%	14%
4 atores	10%	15%
5 atores	16%	20%
6 atores	15%	19%
7 atores	15%	13%
8 atores	9%	10%
9 atores	1%	1%
10 atores	3%	2%
11 atores	1%	1%
15 atores	1%	-
Não citaram/ Isolados	3%	2%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa – Elaboração própria (2017)

Seccionando os vínculos citados e isolando especificamente os que eram referentes ao novo local de moradia, 84% dos entrevistados do MCMV-E caracterizaram os atores de suas redes como pertencentes à atual vizinhança. Os demais, 16%, declararam que os atores de suas redes faziam parte de outros vínculos (família, trabalho e da antiga vizinhança). Em contrapartida, sobre a natureza dos vínculos no MCMV-FAR, 72% caracterizaram os atores de suas redes como pertencentes à atual vizinhança (Tabela 2). Recorrer à rede de vizinhos da

atual vizinhança como suporte social possibilita a indicação de maior cooperação entre os integrantes e o envolvimento dos atuais vizinhos no cotidiano do entrevistado.

Tabela 2. Tamanho da rede de suporte social – atual vizinhança

Tamanho da Rede	MCMV-Entidade	MCMV-FAR
1 ator	26%	18%
2 atores	12%	20%
3 atores	17%	11%
4 atores	13%	7%
5 atores	11%	6%
6 atores	2%	7%
7 atores	2%	3%
8 atores	1%	-
Não citaram/ Isolados	16%	28%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa – Elaboração própria (2017)

O maior número de pessoas citadas dentre as relações da atual vizinhança indicam uma rede de suporte social maior. Pondera-se que as redes sociais identificadas são formadas mediante a inserção espacial, ou melhor, do condomínio em que estão inseridos (localismo). Apesar da situação socioeconômica das duas modalidades do MCMV possuírem similitudes e os empreendimentos situarem-se na mesma área, separados apenas pelo córrego, não há identificação de redes sociais que mesquem indivíduos desses empreendimentos. Isto significa que os indivíduos que residem no MCMV-E declaram não possuir nenhum vínculo de suporte ou apoio social com os que residem no MCMV-FAR, embora a proximidade seja um fato tão visível. Verifica-se, portanto, a formação de redes a partir do local e realidade pregressa, ou seja, relacionam-se em grupos distintos os indivíduos que militam em movimentos sociais e indivíduos oriundos do cadastro da Prefeitura Municipal (não integrante de movimento social).

Além de serem questionados sobre o apoio e a assistência recebidos, os entrevistados também foram inquiridos sobre a contrapartida do suporte, ou seja, a reciprocidade. Dentre os citados como apoio na atual vizinhança, sob as mesmas condições de suporte (material, imaterial e emocional) no MCMV-E 84% declararam que há relações recíprocas, enquanto que os entrevistados do MCMV-FAR, 72% das relações de suporte social foram recíprocas.

No tocante à proximidade, (Tabela 3) os entrevistados deveriam escalonar a relação com a vizinhança referindo em cinco níveis: muito próxima (falo com eles todos os dias);

próxima (recorro a eles sempre que preciso); razoável (falo com alguns e evito falar com outros); pouco próxima (é raro falar com eles); nada próxima (evito encontrar-me com eles).

Tabela 3. Relação percebida com a vizinhança

Proximidade com a vizinhança	MCMV-Entidade	MCMV-FAR
Muito próximo	20%	17%
Próxima	15%	22%
Razoável	37%	26%
Pouco próxima	26%	27%
Nada próxima	2%	8%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa - Elaboração própria (2017)

A proximidade com a vizinhança vislumbra compreender a percepção do entrevistado com o entorno. Se há relacionamento com a vizinhança ou, se de alguma forma, o cotidiano desgastou a convivência. Vê-se que os entrevistados na modalidade MCMV-E, majoritariamente, consideram a relação com a vizinhança razoável. Em contrapartida, os entrevistados do MCMV-FAR consideram-se pouco próximos aos demais.

De um modo geral, a situação do domicílio tem sido interpretada pelos entrevistados como uma mudança na qualidade de vida. A instabilidade e a irregularidade da habitação eram problemas recorrentes. Dentre as redes de suporte social identificadas nas entrevistas, buscou-se identificar a semelhança na condição econômica com variações no aspecto da gestão condominial.

A fundamentação para a integração das redes de suporte social na modalidade MCMV-E pode ser amparada pelo que constata Marques (2007). Segundo o autor, as redes dos indivíduos se conectam em um espaço de luta comum, para em seguida tornarem-se redes atreladas particularmente ao espaço de moradia.

As inferências relativas às redes de suporte social podem significar indicadores de avaliação de políticas públicas. No entendimento de Bloemer:

Ancorados nestes conceitos, a título de exemplificação, pode-se recorrer aos indicadores que poderão ser utilizados na avaliação do “Programa Minha Casa Minha Vida”, bem como em outros direcionados a habitação de interesse social, cujos instrumentos de efetividade, eficácia e eficiência poderão ser considerados por esta política pública. Logicamente, para cada indicador seria necessário um detalhamento maior, inclusive, no que diz respeito ao conceito aqui utilizado, passível de críticas, bem como melhor detalhamento do objetivo a ser alcançado. (BLOEMER, 2013, p. 66).

Para a autora, a efetividade de uma política pública estaria intrinsecamente relacionada ao alcance de justiça social, igualdade e redução da exclusão social. Como indicador de efetividade a avaliação pode versar sobre a satisfação dos moradores com o espaço físico e social em que ele tornou-se inserido.

O MCMV-E, modalidade que recebeu a menor parcela de recursos para a contratação de unidades habitacionais, apresentou redes de suporte social mais colaborativa e coesas comparadas às redes da modalidade MCMV-FAR. O que permite considerar que o MCMV-E deveria ser a modalidade mais estimulada e incentivada pelo Poder Público Federal, preservando a autonomia e singularidade dos movimentos sociais que originam as associações e cooperativas de habitação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos presumir, então, dada a natureza dos conjuntos habitacionais e a relativa homogeneidade do grupo populacional, que as relações são fundamentalmente endógenas. Logo, há evidências de segregação socioespacial. Num contexto de enormes desigualdades sociais, este processo de segregação, aliado à endogenia, pode cercear indivíduos e grupos de uma melhor condição de vida, constringindo-os.

A luta pela apropriação do espaço social e físico assume contornos coletivos e o resultado influi na cooptação de indivíduos em movimentos de articulação social. Desses movimentos em prol da moradia decorreu a presente análise, que teve como objetivo identificar e analisar a ocorrência do apoio social, no tocante às relações atreladas à vizinhança.

Verificou-se que dentro de uma localidade específica (habitação de interesse social) e com situação econômica semelhante, os indivíduos são solidários e ajudam as pessoas com as quais possuem uma associação forte. Observando-se também a reciprocidade, os que recebem ajuda oferecem colaboração.

Com base nesses dois fatores, localidade e situação econômica, permite-se inferir que as redes de suporte social nos condomínios do MCMV-Entidades são maiores e mais colaborativas comparadas aos condomínios do MCMV-FAR. As redes de suporte social no MCMV-E possuem menor variabilidade da sociabilidade e localismo mais elevado. Apesar da rede de suporte social entre os novos vizinhos ser maior, entre os indivíduos, na modalidade

Entidades, não se verificou vínculos com atores de diferentes estratos sociais, o que associa ao grupo capital social menos diversificado.

7. REFERÊNCIAS

ABREU, S. G.: Programa rede social: questões de intervenção. In: Revista Interações: Sociedade e as Novas Modernidades, Vol. 5, 2003, 67-90. Coimbra: Portugal. 2003.

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo, (Org.) Participação popular em políticas públicas: espaço de construção da democracia brasileira. – São Paulo: Instituto Pólis, 2006.

ALMEIDA, W.C. de. Direito Imobiliário. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

ALVAREZ, G. A. C. FUCVAM : os sem-teto uruguaios na contramão do neoliberalismo / 2008. 153p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Londrina.

AMORE, C.S. (Org.). Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis Estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ANDRADE, L. T. de; Et.al. Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXIX, 2015, pág. 129-146. Porto: Portugal. 2015

ARAUJO, N.V. de; Melucci e Tarrow: revisão teórica sobre movimentos sociais In: Revista em Pauta, v. 7, nº 25, Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

BARAVELLI, J. E. O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo – Das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha. 2006, 170 p. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós Graduação da FAU/USP) São Paulo.

BARBOSA, B.R. (et.al.) O Estatuto da Cidade: Comentado. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

BARON, C. M. P. A produção da habitação e os conjuntos habitacionais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões - IAPs, Revista Tópos v. 5, nº 2, p. 102 - 127, UNESP, 2011.

BARRERA, M. A method for the assessment of social support networks in community survey research. Connections, 3, 8-18. 1980

BLOEMER, N. M. S.; XAVIER, S. S. Programas habitacionais: indicadores de avaliação. In: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, G&DR, v. 9, n. 3, p. 54-74, set-dez/2013, Taubaté, SP.

BONDUKI, N. G. et.al. Política habitacional e a luta pelo direito à habitação. In: COVRE, Maria de Lourdes M. (org.). A cidadania que não temos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. Origens da habitação social no Brasil. São Paulo: Estação Liberdade, 1994.

_____. Do Projeto Moradia ao Minha Casa Minha Vida. Teoria e Debate, São Paulo, nº 82, ano 22, maio/junho 2009.

BORONAT, Y; RISO, M. La Vivienda De Interes Social En El Uruguay: 1970-1983. Montivideu: Fundacion De Cultura Universitaria, 1992.

BOTEGA, L.da R. Dossiê Cidades De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil In: Espaço Plural, Ano VIII, nº 17, 2º Semestre 2007, p.66-72. Rio Grande do Sul. 2007.

BOURDIEU, P. A Miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: maio de 2017.

_____. LEI nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: maio de 2017.

_____. LEI nº 11.977, de 07 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 08 jul. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm. Acesso em: maio de 2017.

_____. POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. Brasília: Ministério das Cidades, Coordenação de Edições Técnicas, novembro de 2004.

_____. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo [recurso eletrônico] / Supremo Tribunal Federal. – 4. ed. – Brasília: Secretaria de Documentação, 2011

_____. Plano Nacional de Habitação. Versão para debates Brasília: Ministério das Cidades/ Secretaria Nacional de Habitação Primeira impressão: Maio de 2010.

CARLOS, E.; Contribuições Da Análise De Redes Sociais Às Teorias De Movimentos Sociais In: Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. 39, p. 153-166, jun. 2011

CARVALHO, C.S.: O Estatuto da Cidade: comentado. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

CASTELLS, M. O poder da identidade. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHERKEZIAN, H.; BOLAFFI, G. Os caminhos do mal-estar social: habitação e urbanismo no Brasil. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n.º 50, p 125- 148, 1998.

CUNHA, A. V. da. Redes sociais, efeitos da vizinhança e criminalidade: o capital social e a eficácia coletiva como mecanismos explicativos da violência urbana / Ailton Vieira da Cunha. – Recife: Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em Sociologia, Recife – PE, 2014 (2014a).

CUNHA, T.A. Conte Comigo: A migração abrindo portas. Migração Interna, Redes de Suporte Social e Vulnerabilidade Social na Região Metropolitana de Campinas. 2014, 212p. Tese de Doutorado (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas). Campinas –SP, 2014 (2014b).

_____. Redes sociais, capital social e mobilidade residencial intrametropolitana: o caso da Região Metropolitana da Baixada Santista. Campinas, SP: 2010. 134f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo, nº 82, ano 22, maio/junho 2009.

FAZITO, D.: Capital social, análise de redes e os mecanismos intermediários do sistema migratório Brasil/EUA. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Org.). Territorialidades humanas e redes sociais. Florianópolis, Insular, 2011.

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional no Brasil 2011-2012: resultados preliminares. Belo Horizonte: FJP, 2014.

FONTES, B.; EICHNER, K. A Formação de Capital Social em uma Comunidade de Baixa Renda. In: MARTINS, Paulo H.; NUNES, Brasilmar F. (Orgs.) (2004). A Nova Ordem Social: Perspectivas da solidariedade contemporânea. Brasília: Paralelo 15. pp. 215-241, 2004.

FRANCO, A. de. Escola de Redes: novas visões sobre a sociedade, o desenvolvimento, a Internet, a política e mundo globalizado. Curitiba: Escola de Redes, 2008.

FRANK, A. G.; FUENTES, M.; Dez teses acerca dos movimentos sociais. Lua Nova [online], n.17, pp.19-48, 1989.

FREEMAN L. C. The development of social network analysis: a study in the sociology of science. SP Empirical Press Vancouver, BC, Canadá, 2004.

FREYRE, G. Casa-grande & senzala. 49 ed. São Paulo: Global, 2004.

GALIZA, H.R DOS S. *Reabilitação de áreas centrais sem gentrificação*. 2015, 190p. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro.

GOHN, M. G.. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, maio/ago. 2011.

_____. *Novas Teorias dos movimentos sociais*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

GOMES, M.A.; PEREIRA, M.L. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. Vol.10, n.2, pp. 357-363.2005

GRANOVETTER, M. S. (1973); "The strength of weak ties", en *American Journal of Sociology*; vol 78, nº 6. (pp. 1360 - 1380), 1973.

GUADALUPE, S. *Intervenção em rede. Serviço social, sistémica e redes de suporte social*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

HAERTER, L. O conceito de controle social nos olhares estruturalista, funcionalista, fenomenológico e interacionista In: *Revista Querubim – revista eletrônica de trabalhos científicos nas áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais – Ano 08 nº16 vol. 2 – 2012*, p.21-35

HARVEY, D. *Cidades rebeldes*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2014.

JARIEGO, I. M. 7 lecturas para iniciarse en el análisis de redes sociales, Fuente y Nota REDES. *Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales*. Espanha.2014

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Populacionais. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=355280> Acesso em: maio e junho de 2017.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et al.] *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 4ª ed. Brasília: IPEA, 2011.

_____. *Atlas da vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas brasileiras*. Brasília: IPEA, 2015.

KOWARICK, L; MARQUES, E. (orgs.). São Paulo: *Novos Percursos E Atores — Sociedade, Cultura E Política*, São Paulo: Editora 34/Centro de Estudos da Metr6pole, 2011.

LAGO, L.C. do (org.). *Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições*. Rio de Janeiro: Letra Capital/ Observatório das Metr6poles, 2012.

LAZENGA, E. et.al. *Redes sociais e Estruturas Relacionais*; tradução Soraia Maciel Moreira. Belo Horizonte - MG: Fino Traço, 2014.

LEFEBVRE, H. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEVIN, J. (et.al.) Estatística para Ciências Humanas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

LUCHUMANN, L.H.H. et.al. Movimentos Sociais, Participação E Reconhecimento, Florianópolis, Fundação Boiteux, 2008.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Rio de Janeiro: Vozes, 2000 (2000b).

_____. Cidades rebeldes. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014.

MARQUES, E. Redes Sociais, segregação e pobreza em São Paulo. 2007, 182 p. Tese de Livre Docência (Departamento de Ciência Política Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo) São Paulo – SP, 2007.

MARTELETO, R M. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação - Ci. Inf., Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001

McCARTY, C. “La estructura en las redes personales”, Redes-Revista hispana para el análisis de redes sociales, vol. 19, 2010 (<http://revista-redes.rediris.es>)

MELUCCI, A.: Um objetivo para os movimentos sociais? In: Lua Nova, São Paulo, n. 17, p. 49-66, June, 1989.

MINEIRO, E. (et.al.). Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção. In: LAGO, L.C. do (org.). Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições. Rio de Janeiro: Letra Capital/ Observatório das Metrôpoles, 2012.

MOLINA, J.L.. La ciencia de las redes In: Apuntes de Ciencia y Tecnología, Nº 11, junio de 2004.

MONTANER, J. M.; MUXÍ MARTINEZ, Z. Arquitetura e política. Ensaios para mundos alternativos. 1ª, São Paulo, Gustavo Gili, 2014.

MOORE, G.; 1990. “Structural determinants of men’s and women’s personal networks”. In: Annual Sociological Review, vol. 55, nº5, 1990.

OLIVEIRA, V. F. de. Do BNH ao Minha Casa Minha Vida: mudanças e permanências na política habitacional. In: Caminhos de Geografia Uberlândia v. 15, n. 50, p. 36–53, Jun, 2014.

PARK, R.E. A Cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. (org.). O Fenômeno Urbano: Rio de Janeiro. 1967.

PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. 5. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006 (1993).

RIBEIRO, L.C.Q. Dinâmica socioterritorial das metrópoles brasileiras: dispersão e concentração. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA. Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise 2006.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

SAULE JR., N.; UZZO, K.. A trajetória da reforma urbana no Brasil. In: SUGRANYES, A.; MATHIVET, C.(org.). Cidades para todos: propostas e experiências pelo direito à cidade. Santiago, Chile: HIC, 2010. p. 259-270.

SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória? Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p.505-517, set./dez. 2008.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SILVA, M. K.; “Diz-me com quem andas, que te direi quem és”: Uma (breve) introdução à Análise de Redes Sociais. REVISTA USP, São Paulo, n. 92, p. 114-130, dezembro/fevereiro. 2012.

SILVA, R. A. DOS S. *O Cooperativismo Autogestionário Na Produção Da Habitação Popular*. 2009, 112 p. Dissertação de Mestrado (Escola de Arquitetura da UFMG) Belo Horizonte.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito. In: Mana – Estudos de Antropologia Social. V. 11 nº 2, out., pp. 577-591, 2005.

TABOÃO DA SERRA. LEI COMPLEMENTAR Nº 132 de 26 de dezembro de 2006 com as alterações da Lei Complementar 164 de 24 de abril de 2008, da Lei Complementar 176 de 03 de fevereiro de 2009 e da Lei Complementar 290 de 28 de dezembro de 2012. Diário Oficial do Município de Taboão da Serra, 28 de dezembro de 2012.

TARROW, S.; Para Mapear O Confronto Político In: Lua Nova, v. 76, 11-48. São Paulo, 2009.

TOMAÉL, M.I.; ALACARÁ, A.R.; DI CHIARA, I.G. Das redes sociais à Inovação In: Ciência da Informação – nº. 02. Volume 34, Maio/Agosto de 2005. Brasília. 2005.

TORRES, M. D. de F.. Estado, democracia e administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

TOURAINÉ, A.; Na fronteira dos movimentos sociais In: Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.1, p. 17-28, jan./abr. 2006.

VILLAÇA. F. O que todo cidadão precisa saber sobre habitação. São Paulo: Global Editora, 1986.

_____. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln institute, 2001.p. 69-111.

WIRTH, L.: O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. G. (org.). O Fenômeno Urbano: Rio de Janeiro. 1967.